



**JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

*Demonstrações Contábeis
do semestre findo em 30 de Junho de 2020 e 2019 .*

Conteúdo

Relatório da Administração

Balancos Patrimoniais

Demonstrações de Resultados

Demonstrações de Resultados Abrangentes

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes

JBCRED S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, o Balanço Patrimonial correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas Demonstrações de Resultados, da **Demonstração dos Resultados Abrangentes**, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

A **JBCred**, autorizada como Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento desde 31/05/2018, está focando atingir seus objetivos de expansão em sua participação no Mercado Financeiro, com base na estratégia de ampliação do volume de crédito ofertado e na busca por aprovação, junto ao seu órgão regulamentador, de novos produtos para incremento do portfólio de operações e níveis de receita.

Atualmente, a **JBCred** possui indicadores de mercado e liquidez financeira em patamares adequados e suficientes, estrategicamente considerados pela Administração, como base para o crescimento sustentável, organizado e homogêneo, em consoante com a sua política de utilização exclusiva de capital próprio.

Conhecer o Mercado e manter a sinergia com seus clientes, para atingir o crescimento desejado, sempre foi e será o princípio fundamental e marca registrada da **JBCred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento**.

Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

São Paulo, 27 de agosto de 2020

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

Ativo				Passivo			
	<i>Nota Explicativa</i>	30-jun-20	31-dez-19		<i>Nota Explicativa</i>	30-jun-20	31-dez-19
Circulante:		64.944	66.226	Circulante:		5.360	7.337
Disponibilidades	4	27.169	16.661	Outras obrigações		5.360	7.337
Títulos e valores mobiliários		21.694	24.870	Cobrança e arrecadação de tributos		0	6
Carteira própria	5	21.694	24.870	Sociais e estatutárias		2.607	3.836
Operações de Crédito	6	14.977	23.728	Fiscais e previdenciárias	8a	329	459
Setor privado		29.977	45.683	Diversas	9	2.424	3.036
(Provisão para crédito de liquidação duvidosa)		-15.000	-21.955				
Outros créditos		1.067	874	Não circulante:		315	0
Diversos	9	1.067	874	Outras obrigações		315	0
Outros valores e bens		37	93	Diversas	9	315	0
Despesas antecipadas		37	93				
Não Circulante:		29.733	28.819	Patrimônio líquido:	11	90.762	89.936
Títulos e valores mobiliários		29.314	28.819	Capital Social		46.500	46.500
Carteira própria		29.314	28.819	De domiciliados no país		46.500	46.500
Outros créditos		419	0	Reserva de lucros		44.262	43.436
Diversos	9	419	0				
Permanente		1.760	2.228				
Imobilizado de uso	7	1.685	2.228				
Outras imobilizações de uso		5.479	5.479				
(Depreciações acumuladas)		-3.794	-3.251				
Intangível	7	75	0				
Outros ativos intangíveis		80	0				
(Amortização acumulada)		-5	0				
Total do ativo		96.437	97.273	Total do passivo e patrimônio líquido		96.437	97.273

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03
Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

	Nota Explicativa	Em R\$ mil	
		Exercícios	
		2020	2019
Receitas da intermediação financeira		25.167	39.067
Operações de crédito		24.200	37.410
Resultado de operações com Títulos e Valores Mobiliários		967	1.657
Despesas de intermediação financeira		-10.331	-19.610
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	6c	-10.331	-19.610
Resultado bruto da intermediação financeira		14.836	19.457
Outras receitas/despesas operacionais		-14.010	-18.696
Despesas de pessoal	13	-5.742	-6.192
Despesas administrativas	12	-7.130	-10.563
Despesas tributárias	14	-1.174	-2.078
Outras Receitas Operacionais		77	443
Outras Despesas Operacionais		-41	-306
Resultado operacional		826	761
Resultado antes da tributação sobre os lucros e participações		826	761
Imposto de Renda e Contribuição Social		0	-761
Provisão para imposto de renda	8b	0	-467
Provisão para contribuição social	8b	0	-294
Lucro líquido do semestre / exercícios		826	0
Número de ações		46.500	46.500
Lucro líquido por ação		R\$ 0,02	R\$ 0,00
Juros sobre o capital próprio	8b	0	-3.123

JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ: 04.230.630/0001-03
Rua Líbero badaró, 293 - 20º Andar

Demonstração do Resultado Abrangente

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em Milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do exercício	826	0
Itens que não serão reclassificados para o resultado	0	0
Ajustes de avaliação		
Total do resultado abrangente	826	0

A sociedade não possui resultado de valores abrangentes no período de 30 de junho de 2020 e 2019

JBCRED S.A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ: 04.230.630/0001-03

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 (Em mil Reais)

	Capital social	Reserva Legal	Reserva estatutária		Lucros acumulados	TOTAL
			Reserva para margem operacional	Reserva para equalização de dividendos		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	46.500	5.666	40.670	1.182	-	94.017
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-
Aumento do capital social homologado	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-
Provisão para juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(3.123)	(3.123)
Provisão para distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Reserva para margem operacional	-	-	(3.123)	-	3.123	-
Saldos em 30 de junho de 2019	46.500	5.666	37.547	1.182	-	90.894
Saldos em 01 de janeiro de 2020	46.500	5.736	37.200	500	-	89.936
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	826	826
Aumento do capital social homologado	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	41	-	-	(41)	-
Provisão para juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Provisão para distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização	-	-	-	785	(785)	-
Reserva para margem operacional	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2020	46.500	5.777	37.200	1.285	-	90.762
Mutações do período	-	41	-	785	-	826

As notas explicativas da Administração integram as demonstrações contábeis.

JBcred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

 CNPJ: 04.230.630/0001-03
 Rua Libero badaró, 293 - 20º Andar

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019

		Em R\$ mil	
	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido ajustado		826	0
Lucro líquido do semestre		826	0
Ajustes ao lucro líquido		10.825	19.982
Depreciações/ amortizações		547	528
Rerversão de provisão para demandas judiciais	10.1	-53	-156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6c	10.331	19.610
Variação em ativos operacionais		12.582	14.517
(Aumento) / redução - Títulos e valores mobiliários		14.718	29.917
(Aumento) / redução - Operações de crédito		-1.581	-15.041
(Aumento) / redução - Outros créditos		-612	-225
(Aumento) / redução - Outros valores e bens		57	-132
Variação em passivos operacionais		-1.607	-378
Aumento / (Redução) - Cobrança e Arrecadação de tributos		-6	15
Aumento / (Redução) - Sociais e Estatutárias		-1.229	-197
Aumento / (Redução) - Fiscais e previdenciárias		-130	-513
Aumento / (Redução) - Diversas		-242	317
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		-80	-417
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		-80	-417
Aquisição imobilizado de uso		-80	-417
Baixa Imobilizado de uso		0	0
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		0	-3.123
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos		0	-3.123
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		22.546	30.581
Modificações na posição financeira de caixa e equivalentes de caixa	4		
No início do semestre		26.317	3.261
No fim do semestre		48.863	33.842
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		22.546	30.581

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis referente semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 e Balanço Patrimonial findo no exercício de 31 de dezembro de 2019

1. Contexto operacional

A **JBCred S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento** (“**JBCred**” ou “**Sociedade**”) foi constituída em 10 de novembro de 2000, e obteve a autorização para funcionamento concedida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 20 de dezembro de 2000.

Desde sua constituição, a **Sociedade** oferece Operações de Crédito somente às Pessoas Físicas, e que apresentam ou não restrições de crédito no mercado financeiro. Como política operacional, atua somente com recursos próprios em uma configuração de carteira de operações totalmente “banking”.

Sociedade possui indicadores de rentabilidade e liquidez, consideradas pela Administração, em nível adequado e suficiente em relação ao cenário atual do Mercado Financeiro. Impactos do novo coronavírus (COVID-19) - O Brasil está inserido no contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Diante dos impactos deste novo cenário, a empresa alinhou as medidas de saúde indicadas pelo Ministério da Saúde e elaborou juntamente com as áreas da empresa a manutenção do contingenciamento presencial mínimo e remoto, com todo suporte técnico, para manter toda a estrutura da empresa funcionando normalmente para atender seus clientes e parceiros. Os reflexos evidenciados até o momento devem-se principalmente a instabilidade gerada no mercado como um todo, pois nosso volume de negócios diminuiu e, passamos também a ser mais criteriosos com nossas análises de crédito. Todos os departamentos estão envolvidos no acompanhamento diário das mudanças relacionadas e, quando necessário, acionando a Alta Administração para estratégias que busquem dirimir impactos negativos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém, nem todos foram homologados pelo BACEN.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da **JBcred** e foram aprovadas, pela Administração, em 27 de agosto de 2020.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas nas apurações dos resultados do semestre em que ocorrerem, simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstração dos Fluxos de Caixa, incluem depósitos bancários a vista em moeda corrente, aplicações em Títulos e Valores Mobiliários, sem restrições de uso pela Administração e / ou redução de valor pelo resgate, para o gerenciamento de compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Registrados pelo custo de aquisição e acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço são classificados, quando aplicável, conforme a Circular 3.068, de 08/11/2011, do BACEN, sendo:

- i) Títulos para negociação: Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- ii) Títulos disponíveis para venda: Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido;

iii) Títulos mantidos até o vencimento: Títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da **Sociedade** para sua manutenção em carteira até o seu vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para a venda, quando realizados, serão reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida a conta específica no patrimônio líquido.

As reduções no valor de mercado dos Títulos e valores mobiliários disponíveis para a venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos respectivos custos atualizados, quando não impactados por eventos temporários, serão considerados no resultado como perdas realizadas.

Em 30 de Junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a **Sociedade** não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são registradas pelo valor de negociação, acrescidas do cálculo “pró-rata die” com base na variação do indexador e taxa de juros pactuados. A Administração avalia as operações de acordo com o nível de risco, considerando riscos específicos, conjuntura econômica e experiência operacional.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os conceitos e orientações emanadas da Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, destacando que as provisões são constituídas a partir da análise periódica da capacidade de recebimento e são classificadas em nove níveis, sendo “AA” considerado risco mínimo, e “H” considerados como perda.

As rendas das operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receitas, quando de seu recebimento. As operações classificadas como nível H, permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando entre as contas patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas no nível “H” e os eventuais ganhos provenientes somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende as orientações da Resolução nº 2.682, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 6.

e) Outros valores e bens e outros créditos

Compostos basicamente por despesas antecipadas, impostos a compensar (quando aplicável), adiantamento a funcionários e outras aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em período futuro.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzindo-se a depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, sendo: 10% ao ano para instalações, móveis e utensílios e equipamentos de comunicação, e 20% ao ano para sistemas de processamento de dados (informática) e de transportes, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para averiguar se há evidência significativa de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável do ativo financeiro e não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (base pró-rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (base pró-rata die).

i) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A provisão para o Imposto de Renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% conforme previsto na legislação em vigor. A Contribuição Social de acordo com a Emenda Constitucional (EC) nº 103/2019, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro para 20%, a partir de 1º de março de 2020 para empresas do segmento financeiro. Em conformidade com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e

despesas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não produziram efeitos na apuração do lucro real.

j) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são realizados de acordo com os critérios definidos na Resolução 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo os seguintes critérios:

Ativos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Passivos contingentes – São reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas Notas Explicativas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa da **Sociedade**, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, estavam compostos conforme segue:

Os depósitos bancários e as aplicações são mantidos em Instituições Financeiras de primeira linha, com liquidez diária e atreladas à variação do CDI. São considerados pela Administração da **Sociedade**, como suficientes para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

	<u>30-jun-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Caixa	8	9
Depósitos bancários a vista	27.161	16.652
Títulos e valores mobiliários	21.694	9.656
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.863	26.317

5. Títulos e valores mobiliários

Abaixo, a composição dos títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado.

	<u>30-jun-20</u>		<u>31-dez-19</u>	
	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>	<u>Custo atualizado</u>	<u>Valor de mercado (i)</u>
Títulos para negociação				
Carteira própria				
Certif de Dep Bancários - Renda Fixa	51.008	51.008	53.689	53.689
TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS	51.008	51.008	53.689	53.689

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, divulgados pelo emissor dos títulos de renda fixa

- (i) Composto por Certificado em Depósitos Bancários (CDB), e rendimento atrelado à variação da SELIC.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, o rendimento de aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 967 (R\$ 1.657 em 30 e junho de 2019).

6. Operações de crédito

As operações de crédito em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão compostas por empréstimos à Pessoas Físicas, com taxas prefixadas e atualizadas de acordo com a vigência dos

contratos. Abaixo, a composição das operações de crédito por Tipo de Operação e Níveis de Risco e por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco.

Por tipo de operação e Níveis de Risco:

Níveis de Risco	<u>30/06/2020</u>									<u>31-dez-19</u>
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Empréstimo à Pessoa física	6.203	914	2.990	2.419	2.070	1.728	1.702	11.951	29.977	45.683
Total - 30/06/2020	6.203	914	2.990	2.419	2.070	1.728	1.702	11.951	29.977	45.683
Total - 31/12/2019	11.777	1.863	4.646	2.036	2.901	2.114	2.466	17.880	45.683	

A Administração da **Sociedade** avalia, periodicamente, a necessidade de provisões adicionais aos percentuais estabelecidos nas Resoluções mencionadas acima e entende que o montante de provisão é suficiente em relação à expectativa de recebimento dos créditos.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o risco da carteira estava distribuído como apresentado abaixo:

b) Por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	30/06/2020									31-dez-19
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Parcelas Vincendas	6.144	734	2.279	982	536	220	90	41	11.026	18.242
01 a 30 dias	1.965	257	752	3	243	126	59	35	3.440	5.703
31 a 60 dias	1.644	194	607	391	158	58	26	6	3.084	5.349
61 a 90 dias	1.060	127	406	277	73	27	4	0	1.974	2.785
91 a 180 dias	1.318	145	476	176	60	9	1	0	2.185	3.931
181 a 365 dias	157	11	38	135	2	0	0	0	343	474
Acima de 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parcelas Vencidas	59	180	711	1.437	1.534	1.508	1.612	11.910	18.951	27.441
01 a 14 dias	59	1	34	46	39	22	13	7	221	1.057
15 a 30 dias	0	179	260	329	184	113	72	47	1.184	1.746
31 a 60 dias	0	0	417	460	381	236	163	173	1.830	2.473
61 a 90 dias	0	0	0	602	413	330	238	348	1.931	2.193
91 a 180 dias	0	0	0	0	517	807	1.126	3.068	5.518	7.757
181 a 365 dias	0	0	0	0	0	0	0	8.267	8.267	12.215
Subtotal	6.203	914	2.990	2.419	2.070	1.728	1.702	11.951	29.977	45.683
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-31	-9	-90	-242	-621	-864	-1.192	-11.951	-15.000	-21.955
Total líquido de operações de crédito	6.172	905	2.900	2.177	1.449	864	510	0	14.977	23.728

De acordo com as Resoluções, do BACEN, nº 2.682 e nº 2.697, de 21/12/1999 e 24/2/2000, respectivamente, a metodologia de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos e percentuais genéricos de provisão.

Nível de risco	% de Provisão
A	0,5%
B	1,0%
C	3,0%
D	10,0%
E	30,0%
F	50,0%
G	70,0%
H	100,0%

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ocorreu como demonstrado abaixo:

	<u>30-jun-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Saldo inicial	-21.955	-20.205
Baixas contra a provisão	17.286	33.437
Provisão constituída no semestre (Despesa)	-10.331	-35.187
Total de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-15.000	-21.955

Os créditos anteriormente baixados como prejuízo e controlados em contas de compensação, e que foram recuperados no semestre, estão apresentados na demonstração do resultado em conta com a rubrica de Receita de operações de créditos, sendo o valor recuperado no semestre findo em 30 de junho de 2020 de R\$ 2.988 (R\$ 2.432 em 30 de junho de 2019).

7. Imobilizado de uso

a) Composição

Item	%	30/06/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	1.486	-533	953	1.022
Equipamentos processamento dados	20%	1.313	-979	334	404
Sistema de comunicação	10%	206	-148	58	64
Sistema de Transportes	20%	908	-758	150	172
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(i)	1.566	-1.376	190	566
Ativos intangível	20%	80	-5	75	0
TOTAL PERMANENTE		5.559	-3.799	1.760	2.228

(i) O prazo de depreciação das benfeitorias incorre no período do contrato de aluguel.

b) Movimentação do Custo

Item	31/12/2019	Movimento do Custo			Saldo em 30/06/2020
		Adições	Baixas	Transferências	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.566	0	0	0	1.566
Móveis e equipamentos	1.486	0	0	0	1.486
Sistema de comunicação	206	0	0	0	206
Equipamentos de Informática	1.313	0	0	0	1.313
Sistema de Transportes	908	0	0	0	908
Outros ativos intangíveis	0	80	0	0	80
TOTAL ATIVO PERMANENTE (CUSTO)	5.479	80	0	0	5.559

A Administração da **Sociedade** avalia, ao menos uma vez no exercício social, a necessidade de provisão ao valor recuperável de seus ativos. Para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram apuradas perdas substanciais que necessitassem a apresentação de ajustes nas demonstrações contábeis.

8. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

a) Composição:

<u>Tributárias</u>	<u>30-jun-20</u>	<u>31-dez-19</u>
IRPJ LUCRO REAL	0	455
CSLL LUCRO REAL	0	294
IMPOSTOS S/TERCEIROS	1	2
PIS	18	29
COFINS	108	181
TOTAL TRIBUTÁRIAS	127	961

<u>Previdenciárias</u>	<u>30-jun-20</u>	<u>31-dez-19</u>
IRRF S/SALARIOS	78	150
INSS	101	136
FGTS	23	52
CONTR. SINDICAL	0	0
TOTAL PREVIDENCIÁRIAS	202	338

TOTAL FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	329	1.299
--	------------	--------------

b) Reconciliação do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes da tributação sobre os lucros	826	2.153
(-) Juros sobre capital próprio	0	0
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos	-826	-191
Adições	10.655	35.565
Exclusões	-11.481	-35.756
Base de cálculo de imposto de renda e de contribuição social	0	1.962
Imposto de Renda corrente	0	455
Imposto de renda	0	295
Imposto de renda (alíquota adicional -10%)	0	172
Dedução Limite 4%) - PAT	0	-12
Contribuição Social corrente	0	294

Alíquota efetiva	0,00%	38,18%
Ajustes		
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social provisionados no resultado do exercício	0	749
Antecipações de pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício	0	840
Saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar / restituir	0	-91

Administração, realizou estudo e levantamento das operações de crédito que haviam sido baixadas para perda. Desta forma, a Sociedade realiza a exclusão, para fins de apuração de impostos, das perdas efetivas do semestre, totalizando R\$ 11.428 em 30 de junho 2020 (R\$ 32.196 em 31 de dezembro de 2019).

9. Outros créditos / outras obrigações:

<u>Ativo</u>	<u>30-jun-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Outros Créditos - Diversos		
Circulante	<u>1.067</u>	<u>1.318</u>
Adiantamento a funcionários	216	62
Adiantamento a fornecedores	14	29
Impostos e contribuições a compensar	100	848
Outros	737	379
	<u>419</u>	<u>396</u>
Não Circulante		
Depósitos judiciais (Nota 11)	87	63
Impostos e contribuições a compensar (CSLL)	332	333
TOTAL OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS	<u>1.486</u>	<u>1.714</u>

<u>Passivo</u>	<u>30-jun-20</u>	<u>31-dez-19</u>
Outras Obrigações - Diversas		
Circulante	<u>2.424</u>	<u>2.668</u>
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	1
Pagamentos a efetuar - Pessoal	1.283	1.228
Pagamentos a efetuar - outras desp.adm	3	0
Credores diversos no país	56	64
Recebimento parcial	1.082	1.375
Não Circulante	<u>315</u>	<u>368</u>
Provisão passivo contingente	315	368
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS	<u>2.739</u>	<u>3.036</u>

Refere-se ao recebimento parcial de contratos transferidos do controle de compensação, devido à renegociação de dívida.

10. Ativos e passivos contingentes

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existem processos classificados pela Administração como ativos contingentes.

A **Sociedade** é parte em processos judiciais de natureza cível. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, realiza análise individual de valor potencial de perda para as ações, considerando os critérios descritos na Resolução nº 3823/09 do BACEN.

A Administração da **Sociedade** entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

As movimentações do passivo contingente para o semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram como demonstrado abaixo:

10.1) Movimentação dos processos por Natureza

	<u>Cível</u>
Saldo em 31/12/2019	368
Reversão de provisão	-53
Constituição de provisão	0
(-) Depósitos judiciais	-87
Saldo Líquido em 30/06/2020	<u>228</u>

10.2) Valores Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>
	<u>Valor Contingência</u>	<u>Depósitos Judiciais</u>	<u>Valores Líquidos</u>	<u>Valor Contingência</u>
Cíveis	315	-87	228	305
Trabalhista	-	-	-	0
TOTAL PROVÁVEL	315			305

10.3) Valores não Registrados Contabilmente

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Cíveis	2.078	1.661
TOTAL POSSÍVEL	2.078	1.661

A **Sociedade** possui depósitos, na ordem de R\$ 87 em 30 de junho de 2020 (R\$ 63 em 31 de dezembro de 2019), em garantia aos processos em andamento.

Os processos classificados, pela Administração e seus assessores jurídicos, como de probabilidade de perda possível, não estão reconhecidos contabilmente e montam R\$ 2.078 em 30 de junho de 2020 (R\$ 1.661 em 31 de dezembro de 2019).

Não existem, em curso, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que pudessem impactar representativamente nas Demonstrações Contábeis e operações da **Sociedade**.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Capital Social da **Sociedade** era de R\$ 46.500, totalmente subscrito, integralizado, detidas por acionistas, Pessoa Física, sendo dividido em 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 23.250 (vinte e três mil, duzentos e cinquenta) ações preferenciais nominativas, ao preço unitário de R\$ 1 (mil reais) cada uma.

b) Reserva de lucros

Conforme disposições estatutárias e determinação da Lei nº 6.404, a **Sociedade** destinou 5% do lucro líquido do semestre para Reserva Legal, atendendo aos limites estipulados na legislação vigente. Os lucros remanescentes ao cálculo da Reserva Legal, são transferidos para Reserva Estatutária, conforme estipulado no Estatuto Social da **Sociedade**.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Conforme disposições estatutárias, estão estipuladas aos acionistas, dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP) que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do Lucro Líquido do exercício.

Os Juros sobre o Capital Próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou Reservas de Lucros.

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Dividendos	200	1.181
Juros sobre o Capital Próprio	2.407	2.655
TOTAL SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	2.607	3.836

12. Despesas Administrativas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Água, energia e gás	54	52
Aluguel	242	248
Despesa de comunicações	153	174
Condomínio	88	88
Manutenção e conservação	32	49
Despesas de processamento de dados	1	0
Propaganda e publicidade	64	106
Serviços sistema financeiro	1.516	2.465
Serviços de terceiros	236	162
Serviços técnicos especializados	4.117	6.435
Despesa de transportes	34	1
Amortização	5	376

Depreciação	542	152
Outras	46	255
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	7.130	10.563

13. Despesas com Pessoal

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Diretoria - honorários	330	220
Pessoal - benefícios	1.333	1.478
Pessoal - encargos sociais	962	1.133
Pessoal - proventos	3.103	3.355
Pessoal - treinamento	14	6
TOTAL DESPESAS PESSOAL	5.742	6.192

14. Despesas Tributárias

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas tributárias	138	368
COFINS	891	1.471
PIS	145	239
TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS	1.174	2.078

15. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A **Sociedade** conta com estrutura independente de Gestão de Riscos, definida e aprovada pela Administração, em cumprimento aos normativos do agente regulamentador, o BACEN. A estrutura de Gestão de Risco tem a responsabilidade de identificar, avaliar e monitorar os Riscos nas disciplinas Operacionais, Mercado, Crédito e Liquidez, bem como garantir o funcionamento pleno da Estrutura de Controles Internos.

Os modelos de análise dos procedimentos de Risco foram definidos internamente pela Administração e Gestores de “Compliance”, sendo adequados à complexidade atual da estrutura da **Sociedade** e de suas operações. Além das técnicas de acompanhamentos sobre Riscos, a **Sociedade** conta com colaboradores capacitados e especializados, subordinados hierarquicamente aos departamentos ligados à Gestão de Risco, que somadas à utilização de softwares específicos de monitoramento de Riscos e os sistemas de emissão de relatórios para acompanhamento das

operações, a Administração e os Gestores de “Compliance” alinham e monitoram a plena execução das rotinas envolvidas nos processos operacionais da **Sociedade**.

A capacitação técnica dos colaboradores em conjunto com os investimentos em ferramentas de mercado, adquiridas junto a empresas líderes em fornecimento de soluções corporativas, foram essenciais na manutenção das metas de crescimento sustentado. A rotina de análise e identificação de riscos e simulação de cenários de estresse de mercado, trouxeram uma melhor visão operacional Para a Administração e Gestores de “Compliance” da **Sociedade**, que tem em seu estilo, historicamente conservador, um forte aliado na mitigação de riscos potenciais.

Seguindo os princípios da Governança Corporativa, todos os documentos de trabalho de processos de simulação de mercado e mitigação de riscos, são disponibilizados para a Administração, no intuito de possibilitar a ação tempestiva e suficiente para mitigação dos Riscos.

Aliada às áreas operacionais internas, a **Sociedade** vem incrementando tempestivamente as áreas de Controle de Risco, contando com um departamento de “Compliance” Operacional e Legal, um departamento de Auditoria Interna, terceirizado e permanente, além de contratar serviço de Auditoria Externa Independente. A Administração julga, a manutenção destes e o incremento de capacitação em outros departamentos, como a melhor prática e fator primordial para o que o processo de Avaliação das operações possa estar certificado e seus riscos minimizados, no que tange a qualidade e fidedignidade de seus procedimentos e divulgações contábeis e financeiras.

i) Risco de mercado

Conforme determinado na Resolução nº 3.464, de 26/06/2007, do CMN, a **Sociedade** definiu a estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado, o qual foi aprovado pela Administração.

O Risco de Mercado pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

Em cumprimento aos dispositivos da Resolução mencionada acima, a Administração definiu e incorporou a política de Gerenciamento do Risco de Mercado em conjunto com a Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC), em junho de 2012, adequando às características das operações e complexidade dos produtos ofertados pela **Sociedade**.

Embora a **Sociedade**, atualmente, não mantenha nenhuma posição de Risco que referencie ao Risco de Mercado, todas as etapas para a identificação e controle do Risco foram desenvolvidas pela Administração e Gestores de “Compliance”, como a estruturação das áreas de responsabilidade.

O Gerenciamento de risco de mercado é realizado com a aplicação de metodologias previamente definidas e sistemas adequados à natureza das operações, a complexidade dos produtos ofertados e a dimensão da sua exposição. Os processos de avaliação de Riscos buscam identificar os descolamentos de preços no mercado que possam impactar negativamente as posições assumidas da **Sociedade**. São aplicadas metodologias para o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e o cálculo do Valor em Risco ("VaR"), aplicação de testes de estresse de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, com a utilização de cenários históricos ou de mudança de premissas.

O método de avaliação utilizado é o da mensuração do Valor em Risco "Value at Risk", com frequência de avaliação mensal e "stress test" de frequência mensal. Os cenários atualmente utilizados são os apurados pelo BACEN, pelo Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) - BCB-DESIG.

O Modelo de financiamento para suas operações é totalmente voltado ao Capital Próprio, não sendo contratadas operações de crédito com outras Instituições Financeiras. Desta forma, a totalidade da carteira de créditos da **Sociedade** é classificada como fluxo de caixa próprio.

Em conformidade ao determinado pela Circular nº 3.383, do BACEN, de 30/04/2008 e em atendimento ao Comunicado nº 16.913, de 20/5/2008, a **Sociedade** optou pela metodologia definida na referida Circular, especificamente no Artigo 1º, pela Abordagem do Indicador Básico (I), que estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional (POPR), observado nos procedimentos da Resolução no. 3.490/2007, do CMN, que trata a questão referente ao Risco de Mercado.

ii) Risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas aos seguintes fatores:

- Ao descumprimento do tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.
- À desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador.
- À redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

De acordo com a Resolução nº 3.721/2009, do CMN, que dispõe sobre a necessidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, a **Sociedade** estruturou a área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC), sendo esta, a responsável pela Gestão do Risco de Crédito.

A política de crédito está voltada ao monitoramento contínuo das Operações de Crédito para verificar o risco de cada operação. A gestão do Risco de Crédito está dividida nas etapas de decisão, formalização, monitoramento e cobrança.

O amplo conhecimento sobre o público alvo, tomador destas Operações de Crédito, é fator primordial do sucesso e rentabilidade destas operações, tendo em vista a característica geral dos clientes, em relação a existência de restrições à obtenção do crédito no Mercado Financeiro com as demais Instituições Financeiras, comumente citadas como Crédito para Negativados. As concessões das operações para este tipo de consumidor são coordenadas e monitoradas pela Administração em conjunto com os Departamentos de Risco e Financeiro, o que possibilita o acompanhamento contínuo da carteira de crédito.

Com a finalidade de proteger-se contra perdas significativas decorrentes das Operações de Crédito, a **Sociedade**, considera todos os aspectos determinantes do Risco de Crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco, em cada operação.

Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente, os históricos de inadimplência individual e de mercado, para a formação de parâmetros de “Credit Score” e “Behavior Score”. Além disso, são consideradas as informações da Central de Risco do BACEN, conforme as orientações da Resolução nº 2682/1999, do CMN, onde encontram formalizadas as regras de classificação e os percentuais de provisionamento mínimo das Operações de Crédito expostas à uma maior dificuldade de recuperação. As decisões operacionais e gerenciais sobre a concessão de Operações de Crédito são de responsabilidade do departamento financeiro.

A aprovação do crédito é feita pela Mesa de Crédito Interna da **Sociedade**, de forma a garantir a uniformidade do processo e a contenção de eventuais tentativas de fraude. Os procedimentos de concessão estão formalizados e registrados em manuais internos de procedimento, devidamente revisados pela área de Gestão Financeira e pelos Gestores do “GRCIC”.

Os correspondentes bancários da **Sociedade**, normatizados pelas regras da Resolução nº 3954/2011, do CMN, atualmente encontram-se totalmente terceirizados, e não participam no processo de aprovação das Operações de Crédito, onde somente figuram como captadores de propostas de concessão de crédito. As exceções e/ou desvios aos padrões de classificação de Risco estabelecidos pela Administração e pelos Gestores do “GRCIC”, são tratadas diretamente entre a Mesa de Crédito e os níveis hierárquicos de supervisão e gerenciamento de riscos, por meio de limites de alçada de aprovação.

Os procedimentos de cobrança são executados por equipes internas e empresas externas parceiras especializadas, visando conter os índices de inadimplência, garantindo a rentabilidade das operações concedidas e acompanhadas pela “GRCIC” de forma a garantir a convergência com as práticas legais do Mercado Financeiro. A carteira de inadimplentes classificada em compensação é trabalhada com Recursos de cobrança e campanhas. O acompanhamento dos casos relevantes (entende-se como operações superiores ao valor médio das operações de crédito historicamente registradas), especificamente operações com valores superiores à R\$ 5 (cinco mil Reais) são analisados sob a ótica da PLD/FT e recebem análise diferenciada no processo de aprovação de crédito. Por estratégia operacional e política de risco de crédito, a **Sociedade** não realiza Operações de Crédito individuais, com valor superior a R\$ 10 (dez mil Reais), garantindo a diversificação dos clientes tomadores e a pulverização do risco na Carteira de Crédito. O aspecto do rastreamento e controle de operações relacionadas a “Pessoas Politicamente Expostas” é analisado constantemente pela área de Gerenciamento de Riscos.

iii) Risco operacional

A Gestão do Risco Operacional também é disciplina da área denominada Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance” (GRCIC). Atendendo a orientação da Resolução nº 4.557/2017, do CMN, visa detectar e mitigar os riscos de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O Risco Operacional é monitorado e avaliado através da disponibilização de ferramentas de apoio ao colaborador, divulgação de políticas internas e metodologias da **Sociedade**, através de atividades contínuas de gestão e pelo Departamento de Auditoria Interna.

As inconformidades com as políticas e determinações da Gestão de Risco Operacional, são comunicados à Administração de forma ativa e tempestiva para garantir a eficiência operacional e mitigação de perdas operacionais da **Sociedade**. A Gerência de Riscos possui diversas ferramentas, contando com sistema interno de registro e mapeamento das mesmas, para a verificação de qualquer inconsistência que possa provocar perdas, recuperáveis ou não. São disponibilizados relatórios gerenciais para a Administração, assim como se utilizam ferramentas de análise e extração de informações como o "Datawarehouse" para o armazenamento lógico de todas as informações estratégicas e para a análise de grandes volumes de dados, com o intuito de obter informações estratégicas que podem facilitar a tomada de decisão, comumente conhecidos como “Business Intelligence”.

Outras soluções para a avaliação de "exceções" existentes na **Sociedade** são utilizadas na análise

de operações que podem resultar em risco de perdas. As soluções atendem basicamente às Operações de Crédito e identificam desvios nos procedimentos internos ou modelos definidos.

Os desvios são analisados por pessoas autorizadas e classificadas por níveis de acessos e de alçada. Atualmente os membros da Diretoria possuem alçada para concluir sobre a operação. As incoerências que caracterizam exposição a riscos, perdas ou possibilidades de perdas, são apontadas e relatadas à Administração pela Gestão de Riscos, Controles Internos e “Compliance”. A Auditoria Interna, por sua vez, fornece os subsídios à Administração através de seus papéis de trabalho, a fim de indicar pontos de fragilidade de controles e melhorias operacionais para estabelecimento de planos de ação e correção das deficiências e mitigação dos riscos.

Os dados e análise sobre perdas ou possíveis perdas operacionais são armazenados em banco de dados, o que permite à **Sociedade**, por meio de análises, aprimorar as metodologias de gestão de riscos. Matrizes de riscos são utilizadas para identificar, avaliar, tratar, controlar e monitorar os riscos que as operações da **Sociedade** estão sujeitas e são periodicamente revisadas e atualizadas. O Departamento Jurídico analisa constantemente a inadequação ou deficiência dos contratos firmados pela **Sociedade**, seja das Operações de Crédito ou da contratação de bens ou serviços. Atua para estabelecer, avaliar e verificar detalhadamente a conformidade e regularidade das cláusulas contratuais a fim de evitar sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e eventuais processos por danos causados a terceiros.

iv) Risco de liquidez

O Risco de Liquidez ocorre quando há desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da **Sociedade**, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

As Operações de Crédito e Aplicações Financeiras são monitoradas diariamente, tendo como base a Resolução nº 4.090, de 24/02/2012, do CMN. A estrutura responsável pelo Gerenciamento do Risco de Liquidez é a Diretoria, com o apoio do Departamento Financeiro, que monitora e controla o fluxo de caixa e as modalidades de investimento em aplicações financeiras. O Departamento Financeiro elabora relatórios gerenciais relacionados às condições de liquidez da **Sociedade**, que são direcionados a Diretoria.

Atualmente, na relação entre ativos e passivos, a **Sociedade** apresenta grau de liquidez em patamares, considerados pela Administração, como adequados e por política operacional, utiliza-se apenas de recursos próprios.

v) Risco Socioambiental para o Crédito

Em conformidade com as orientações da Resolução 4.327/2014 do Banco Central do Brasil, a **Sociedade** está buscando incorporar as práticas e os procedimentos para a gestão e o desenvolvimento sustentável das políticas sócio ambientais. Concedendo crédito somente a pessoas físicas.

A **Sociedade** não trabalha com pessoas jurídicas e desta forma não atua em projetos de impacto e relevância material. Os valores de concessão destas operações são considerados não materiais e não apresentam grande impacto individual socioambiental. Estas operações também não se caracterizam como atrativas sob a ótica das práticas envolvendo a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

Mesmo sob este cenário, estamos adotando as ações necessárias para a efetiva Gestão do Risco Socioambiental, através de ajustes dos procedimentos sistêmicos e operacionais, efetuando a disseminação do conhecimento a todos colaboradores pela governança e ampliando a base de conhecimento e treinamento dos técnicos diretamente envolvidos na questão.

vi) Atividades dos controles internos

A Estrutura de Controles Internos atende aos dispositivos da Resolução nº 4.390/2014, do CMN, e está adequada à complexidade das operações atuais da **Sociedade**.

Esta estrutura visa garantir a eficiência do Sistema de Controles Internos da **Sociedade**, estabelecendo objetivos e mecanismos que possam assegurar a conformidade com as Políticas e Normas Internas e legislações aplicáveis. É responsável pelo mapeamento de todas as operações e ações executadas na **Sociedade**, assim como pela análise das estruturas operacionais existentes e das estruturas que sejam criadas, com a finalidade de definir as sequencias lógicas de trabalhos para conduzir ao resultado esperado.

O sistema de controles internos visa conferir se os processos e sistemas de gestão dos diversos tipos de riscos estão aderentes às normas internas e legislação oficial regulatória, bem como é responsável pela realização de testes de avaliação dos sistemas, processamento e modelos de controle de risco.

A estrutura é descentralizada quanto ao quesito operacional, pois cada área representa um Agente de Controles Internos, mas é gerida diretamente pelo departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e "Compliance" (GRCIC).

vii) Governança corporativa

As práticas de Governança Corporativa foram implementadas e são revisadas constantemente, como forma a garantir que as ações e orientações estejam adequadas ao Mercado Financeiro, em modelo sugerido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que leva em conta as variáveis de complexidade da estrutura e tamanho da Instituição Financeira.

As seguintes orientações foram implementadas pela Administração:

- Aprovação de Projetos internos por Comitê Multidisciplinar de forma a garantir a difusão do conhecimento entre as áreas de negócio;
- Amplo envolvimento da área de Gestão de Riscos para que novas ações estejam de acordo com as normas e leis atualizadas, desde sua discussão;
- Alinhamento direto entre Alta Gestão e Gestores de Negócio para aprovação de projetos e orçamentos;
- Ampla divulgação dos trabalhos internos como forma de ampliar o acesso às decisões e suas bases; e
- Utilização do modelo interno, denominado “Portas Abertas”, o qual favorece acesso direto dos colaboradores à Administração e Diretoria para exposição de dúvidas, pedido de orientações e exposição de novas ideias.

A implantação da Governança Corporativa em sua essência trouxe aos diversos níveis da **Sociedade** uma melhor compreensão sobre sua missão principal e também a melhor interação entre níveis e áreas da corporação.

16. Ouvidoria

A **Sociedade** possui formalizada e operacional a área de Ouvidoria em atendimento às disposições da Resolução nº 4.433/2015, do CMN e Circular nº 3.370/07, do BACEN, que consiste em atuar como canal de comunicação entre a **Sociedade** e seus clientes para solucionar eventuais pendências e prestar esclarecimentos sobre seu produto.

17. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2020 a **Sociedade** possuía cobertura de seguro empresarial no montante total de R\$ 9.160 e (R\$ 9.160 em 31 de dezembro de 2019). O valor segurado é determinado pela Administração, em base técnica que se estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. Os valores de cobertura de seguro não foram auditados.

18. Instrução CVM nº 381

No semestre findo em 30 de junho de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa, de acordo com as disposições estabelecidas pela Instrução CVM nº 381.

19. Limites operacionais

Através de seus Instrumentos Normativos e em busca da convergência com os aspectos prudenciais trazidos pelo Acordo de Basileia, o BACEN alterou e vem modernizando sua metodologia de cálculo do Patrimônio, bem como as ponderações por graus de risco, sendo requerida a manutenção de patrimônio líquido mínimo exigido, correspondente a 11% do montante das operações ativas ponderadas por graus de risco, que variam de 0% a 300%.

Todas as Operações de Crédito que compõe a Carteira Classificada da **Sociedade** são de natureza de não negociação, voltadas às Pessoas Físicas, sem Garantia ou Aval e são ponderadas pelo fator associado ao Risco de acordo com a Circular 3.644/2013, do BACEN e posteriormente ajustada e formalizada pela Resolução 4.193/2013 que definiu as regras e cálculos orientados aos Ativos

Ponderados pelo Risco (RWA). Dadas as características de nossa operação, com capital próprio e carteira não negociada, as parcelas sobre Risco de Crédito e sobre o Risco Operacional são as mais significativas para a ponderação dos Ativos.

A **Sociedade** possui indicador superior ao referenciado pelo Índice Basileia, ao percentual básico nos termos do Acordo de Basileia, que atualmente é de 11%.

Quadro de Limites Operacionais referentes a 30/06/2020:

Patrimônio de Referência – (PR)	90.697
Ativos Ponderados pelo Risco	83.197
RWAmpad (RWAjur1)	1.031
RWAcpad	32.302
RWAopad – Indicador Básico	49.864
RBan	161
Índice Basileia	108,17%

Diretoria

Rodrigo Della Casa
Diretor Presidente

Carlos Alexandre Tanikawa
Diretor de Riscos e Compliance

Lucidalva Pereira Cursino
Contadora – CRC 1SP 265217-07



Russell Bedford

taking you further

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e aos Acionistas da

JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (“JBCRED” ou “Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **JBCRED S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO** (“JBCRED” ou “Sociedade”), em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase

Efeitos COVID-19

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 1, - Impactos COVID-19, que diante dos impactos deste novo cenário, a Sociedade alinhou as medidas de saúde indicadas pelo Ministério da Saúde e elaborou juntamente com as áreas da Sociedade a manutenção do contingenciamento presencial mínimo e remoto, com todo suporte técnico, para manter toda a estrutura da Sociedade funcionando normalmente para atender seus clientes e parceiros. Os reflexos evidenciados até o momento devem-se principalmente a instabilidade gerada no mercado como um todo, pois o volume de negócios diminuiu e, passando a ser mais criteriosos nas análises de crédito. Todos os departamentos estão envolvidos no acompanhamento diário das mudanças relacionadas e, quando necessário, acionando a Alta Administração para estratégias que busquem dirimir impactos negativos. Nossa opinião não contém modificação em razão desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do 1º semestre de 2020. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para Créditos de liquidação duvidosa

A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência renegociação, cenários econômicos atuais e futuros.

No 1º semestre de 2020, em decorrência da pandemia da COVID-19, conforme citado na Nota Explicativa nº 1, a administração revisou alguns dos julgamentos e estimativas utilizadas, pois o volume de negócios diminuiu e a Sociedade passou a ser mais criteriosa nas análises de crédito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) verificamos as políticas de concessão de crédito e renegociação; (ii) obtivemos entendimento sobre os controles gerenciais e níveis de inadimplência monitorados pelo departamento de compliance da Sociedade; (iii) Realizamos testes para observar a integridade e completude da base de dados utilizada para cálculo da provisão; e (iv) Revisamos a aplicação das normas de provisão para créditos de



liquidação duvidosa emanadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN e Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN 2.682. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Provisões para riscos e passivos contingentes

Conforme nota explicativa nº 10, Ativos e Passivos Contingentes, a Sociedade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões, cíveis, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Devido a diversos fatores, a avaliação destes assuntos pode não estar corretamente quantificada ou adequadamente registrada.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, necessita realizar julgamento baseado em informações e expectativas de ordem quantitativa e qualitativa para a definição de estimativas de perda em cada assunto relevante. Além disso, as informações de cada assessor jurídico precisam ser analisadas, concentradas e registradas pela contabilidade.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Sociedade; (ii) avaliação de controles internos; (iii) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Sociedade; e (iv) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para riscos e passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,



concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato



Russell Bedford

taking you further

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de Agosto de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico